

RELEITURAS HISTÓRICAS DOS SERTÕES DO LESTE MINEIRO NOS SÉCULOS XVIII E XIX

Historical rereadings of the hinterlands of eastern Minas Gerais in the eighteenth and nineteenth centuries

Sebastião Ricardo Machado Meireles

Historiador, Mestre em Geografia, Professor do Centro Universitário de Caratinga (UNEC), Brasil

sebastiao.ricardo@outlook.com

Recebido: 25/02/2025

Aceito: 15/03/2025

Resumo

Este trabalho aborda a importância das releituras históricas para o preenchimento de lacunas e para a compreensão mais aprofundada de regiões historicamente pouco exploradas, com foco no Leste Mineiro durante os séculos XVIII e XIX. Em um contexto de restrições e limitações impostas pela coroa portuguesa, a pesquisa examina o desbravamento dessa região, que se intensificou após a queda da produção aurífera, impulsionando a abertura de novas rotas em busca de recursos. Destacam-se três temas centrais: o Sertão do Cuieté, a Estrada Real do Degredo e a Ponte Queimada. Utilizando fontes cartográficas, documentos do Arquivo Público Mineiro e relatos orais, este estudo revisita e amplia o entendimento sobre a colonização do Leste Mineiro, contribuindo com novas perspectivas para a historiografia mineira.

Palavras-chave: Sertões; Rio Doce; releituras históricas.

Abstract

This work addresses the importance of historical reinterpretations in filling gaps and fostering a deeper understanding of historically underexplored regions, focusing on East Minas Gerais during the 18th and 19th centuries. In the context of restrictions and limitations imposed by the Portuguese crown, the research examines the exploration of this region, which intensified after the decline in gold production, leading to the opening of new routes in search of resources. Three central themes are the Sertão do Cuieté, the Estrada Real do Degredo, and the Ponte Queimada. Utilising cartographic sources, documents from the Public Archive of Minas Gerais, and oral accounts, this study revisits and broadens the understanding of the colonisation of East Minas Gerais, contributing new perspectives to the historiography of Minas Gerais.

Keywords: Backlands; Rio Doce; historical reinterpretations.

1. INTRODUÇÃO

Fazer releituras históricas é um processo essencial para expandir o conhecimento sobre o passado, permitindo que lacunas deixadas pela historiografia possam ser preenchidas e, assim, mais bem compreendidas. A revisão e interpretação de eventos históricos à luz de novas fontes e pesquisas são práticas que enriquecem a compreensão da história, trazendo à tona informações que anteriormente poderiam ter sido ignoradas, suprimidas ou mal interpretadas. Como aponta o historiador Marc Bloch, “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” (Bloch, 2001, p. 32), o que ressalta o valor das releituras para conectar o passado ao presente, oferecendo uma visão mais completa dos eventos e de suas implicações.

A importância das releituras históricas é reforçada por E. P. Thompson, que argumenta que “a história é a memória de uma sociedade e, sem ela, não há identidade” (Thompson, 1998, p. 5). Em outras palavras, ao revisitar e reinterpretar fontes, os historiadores não apenas preenchem lacunas, mas também reconstróem identidades regionais e culturais, muitas vezes negligenciadas pela narrativa oficial.

Nesse contexto, o acesso a novas fontes, como documentos cartográficos e publicações raras, bem como as inovações metodológicas, nos permite reconstruir a história com maior profundidade, principalmente quando se trata de períodos ou regiões historicamente marginalizadas. Com relação ao período colonial em Minas Gerais, especialmente nos séculos XVIII e XIX, existem áreas ainda pouco exploradas devido a restrições impostas pela coroa portuguesa ou pela limitação de acesso a fontes históricas. É o caso do Leste Mineiro, uma região que enfrentou barreiras naturais e proibições da coroa, como forma de evitar o contrabando de ouro, fatores que contribuíram para a escassez de registros detalhados e a ausência de uma historiografia robusta sobre o período.

Esta pesquisa, ao se concentrar no Sertão do Cuieté, na Estrada Real do Degredo e na Ponte Queimada, tem como objetivo contribuir com a historiografia de Minas Gerais no período colonial, especificamente na porção do Leste Mineiro, oferecendo novas releituras históricas que apresentem aspectos ignorados ou esquecidos da formação dessa região.

A análise documental, especialmente através de mapas históricos e acervos do Arquivo Público Mineiro, bem como a consulta a jornais do período, como O Universal

(MG) e Império do Brasil: Diário Fluminense (RJ), foram fundamentais para trazer informações relevantes sobre o Leste Mineiro no período colonial.

Outro aspecto importante nesta pesquisa foi o uso da história oral como ferramenta para entender como algumas dessas informações históricas chegaram até os moradores de partes da região estudada. Esse procedimento metodológico permitiu capturar memórias e histórias que sobreviveram ao longo das gerações, muitas vezes preservadas na oralidade, e que podem agora enriquecer o entendimento acadêmico e popular do passado regional. Como observa Thompson (2002, p. 8), "a história oral dá uma voz às pessoas que não têm voz" enfatizando a importância desse método para incorporar as narrativas locais e as experiências das comunidades.

2. O SERTÃO DO CUIETÉ E A ESTRADA REAL DO DEGREDADO

Entre os Sertões do Leste/Doce, um em especial, é bastante mencionado nos documentos do período colonial, assim como em diversos livros de historiadores que contribuíram para a escrita da história colonial de Minas Gerais. É o caso do Sertão do Cuieté, que desde o final do século XVII, permeia o imaginário mineiro, seja pelo mito de um novo Eldorado, pelo temido gentio que o habitava, pela "imprecisão" de sua localização ou por lacunas historiográficas que o associavam com a lendária Casa da Casca.

O Sertão do Cuieté recebeu uma maior atenção na segunda metade do século XVIII, quando a produção do ouro caía vertiginosamente e uma das soluções foi procurar novas jazidas nos sertões recônditos, sobretudo, na direção leste da capitania. Outro motivo, que reforça a necessidade de novas conquistas, foi a mudança na forma de cobrar o quinto do ouro, uma vez que se

[...] o valor anual do ouro recolhido não atingisse a cota de cem arrobas, as autoridades deveriam lançar a derrama, cobrança extraordinária que incidia sobre todos os habitantes da capitania (à proporção dos rendimentos de cada um), até que se completasse a quantia estipulada (Fonseca, 2011, p.198).

Nesse contexto, o governador Luiz Diogo Lobo da Silva, que geriu a capitania entre os anos de 1763 e 1768, inaugura uma política de expansão do território colonial, "incorporando novas terras ao território de Minas", ampliando-se, assim, "o círculo dos contribuintes, o que podia ajudar a evitar as derramas, tão temidas pela população (Fonseca, 2011, p. 198)".

Dessa forma, esperançoso que “novas descobertas em outras partes da capitania pudessem reverter o declínio da mineração (Langfur, 2011, p. 39)”, o governador Lobo da Silva organizou expedições em direção aos sertões a leste da capitania. Em uma delas, “mandou cerca de 150 homens armados marcharem para a área que ele chamou de Conquista do Cuieté (Langfur, 2011, p.39)” Contudo, tais expedições, que “custaram avultadas despesas aos cofres da Real Fazenda (Paiva, 2011, p. 175)¹”, além de ter causado inúmeros conflitos com os indígenas da região, não encontraram no Cuieté um novo Eldorado para a capitania.

O saldo positivo das bandeiras², organizadas por Luiz Diogo, foi ele ter usado, como estratégia para o desbravamento do sertão, a “instalação de presídios e, junto desses, de redução dos indígenas em aldeamento, com demarcação de terras, fornecimento de ferramentas, envio de vigário paroquial (Espíndola, 2005, p. 51)”. Outra medida importante foi a criação, também, por Luiz Diogo, do “Curato de Nossa Senhora da Conceição dos Índios Botocudos (1768), descobertos do Cuieté, para se constituírem em aldeamentos indígenas (Paiva, 2011, p. 167)”. Como já mencionado anteriormente, a instalação dos presídios foi fundamental para que se iniciassem núcleos de povoados nos sertões a leste da capitania e, agora com o estabelecimento de um curato, a região ia, aos poucos, tornando-se “civilizada”.

As atenções voltaram-se novamente para o Cuieté durante o governo de D. Antônio de Noronha. Este, certo de que encontraria ouro em abundância, retomou fervorosamente as picadas iniciadas por seus predecessores em direção ao Sertão do Cuieté. A notícia da existência de ouro em alguns rios que compõem a bacia do Rio Doce, principalmente os rios do dito sertão, dava a D. Antônio a “esperança, que em geral se nutria, de uma eventual restauração da idade de ouro, como foi a do velho distrito das Gerais (Vasconcelos, 1974, p. 236)”. Contudo, a incursão no Cuieté não proporcionou descobertas promissoras a ponto de salvar economicamente a capitania.

Pode-se afirmar que a contribuição maior do governo de D. Antônio de Noronha foi a conquista ou a reconquista do Cuieté e os avanços que esta proporcionou, como a construção de estradas e caminhos e dos povoados que se estabeleceram ao longo delas. Cabe aqui esclarecer que o “termo conquista é empregado, sobretudo, nos casos em que uma população preexistente (indígenas ou quilombolas) resistia ao avanço da colonização (Fonseca, 2001, p. 76)”, como aconteceu no Cuieté, que precisou ser

¹ Para mais informações sobre as despesas das bandeiras efetuadas durante o governo de Luiz Diogo Lobo da Silva (1763-1768), ver: PAIVA, Adriano Toledo. Um livro aberto da conquista. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. XLVII, p. 160-178, 2011.

²Saldo positivo considerando a expansão territorial da capitania.

conquistado por diversas vezes, uma vez que os indígenas botocudos eram empecilho que barrava a efetivação da conquista.

A respeito de uma nova conquista do Cuieté, Mello e Souza (2014)³ apresenta no artigo *Dom Antônio de Noronha e o Plano secreto para o Cuieté*, a transcrição de relevantes documentos escritos pelo governador. Nestes, fica evidente o quão era importante construir uma nova estrada para o Cuieté (Figura 1), devido à distância entre os povoados e a dificuldade de se fazer os trajetos pelos rios, sobretudo pelas várias cachoeiras ao longo do Rio Doce. Assim, em carta ao Marquês de Angeja, D. Antônio de Noronha relata que pôs

[...] em prática logo que tomei posse deste Governo a abertura do novo Caminho, ficando o dito Arraial do Cuieté comunicável por terra, e os moradores livres do trabalho da navegação do Rio Doce, tão penosa que por causa das cachoeiras se não podia fazer esta viagem em menos de vinte dias no tempo da seca, e um mês e mais no das águas, ficando agora reduzida de seis a sete dias⁴ (Mello; Souza, 2014, p. 13).

Em carta, agora ao Sr. Martinho de Mello e Castro, descreve as vantagens da construção da nova estrada e que, juntamente com o coronel João da Silva Tavares⁵, a quem incumbira a construção da estrada e conquista do Cuieté, adentrou pelo sertão:

[...] atravesssei com o mesmo Coronel aquele vasto sertão, no qual ele me fez ver na extensão de todo o caminho a riqueza que aquela nova Conquista guardava em si, cuja embarçava o gentio a extração dela. Esta nova estrada além de descobrir novas Minas, vai juntamente evitar a grande viagem que antigamente se fazia para o mesmo Cuieté, embarcando-se tudo o que era preciso para sustento daquele Arraial no distrito de Antônio Dias abaixo, sendo obrigados os condutores a transportar-se pelo rio Doce passando as Canoas e as cargas às costas, por causa das imensas cachoeiras que os obrigava a este trabalho⁶ (Mello; Souza, 2014, p. 15).

Porém, quem concluiu, de fato, a Estrada do Cuieté, foi D. Rodrigo José de Meneses, que, inclusive, fez questão de destacar na “Exposição sobre o Estado de Decadência da Capitania de Minas Gerais e meios para remediá-lo” que, “depois de bem refletir devia mandar continuar (Val, s/d, p. 28-29)”. E assim o fez.

³ Laura de Mello e Souza encontrou, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, documentos escritos por D. Antônio de Noronha, tais como o *Plano secreto para a nova conquista do Cuieté e as cartas para o Marquês de Angeja e para o ministro Martinho de Mello e Castro*. A historiadora publicou a transcrição dos documentos citados, no artigo *Dom Antônio de Noronha e o Plano secreto para o Cuieté*. Para mais informações ver: SOUZA, Laura de Mello e. Dom Antônio de Noronha e o Plano secreto para o Cuieté. Tempo [en linea] 2014, 20. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167031535006>>.

⁴ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, códice 2,2,24 - fls. 234v.

⁵ O coronel João da Silva Tavares foi nomeado, pelo governador D. Antônio de Noronha, como regente e guarda-mor das terras e águas minerais da “Conquista do Cuieté, por ato de 6 de agosto de 1779, conforme afirma Lázaro Denizart do Val (s/d), em sua Cronologia da Região do Caratinga.

⁶ Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Divisão de Manuscritos, códice 2,2,24 - fls. 234v-235v.

A nova estrada para o Cuieté pode ser constatada no *Mappa da Comarca de Vila Rica*, de José Joaquim da Rocha, produzido em 1778. Visivelmente representada no mapa, a estrada parte de Mariana passando por diversos rios, entre eles os rios Doce e Sacramento, até chegar ao Cuieté (Figura 1).

Também é possível notar a “nova estrada do Cuieté” em outros dois mapas. Um datado de 1810, autor desconhecido e intitulado como *Mapa da Capitania de Minas Gerais* e outro, também com autor desconhecido, denominado *Planta Geral da Capitania de Minas Geraes*, produzido provavelmente na década de 1830. Em ambos os mapas (Figuras 2 e 3), a estrada partindo de Mariana com sentido ao Cuieté é representada de forma bem semelhante ao mapa de José Joaquim da Rocha (1779), o que sugere que os cartógrafos, autores dos respectivos mapas, tiveram-no como base. Nota-se, também, nos dois mapas, que os autores referiram-se à região a leste da capitania como “*Sertão em que vaga o bárbaro Gentio Botocudo*”, o que denota, ainda, terras a serem conquistadas.

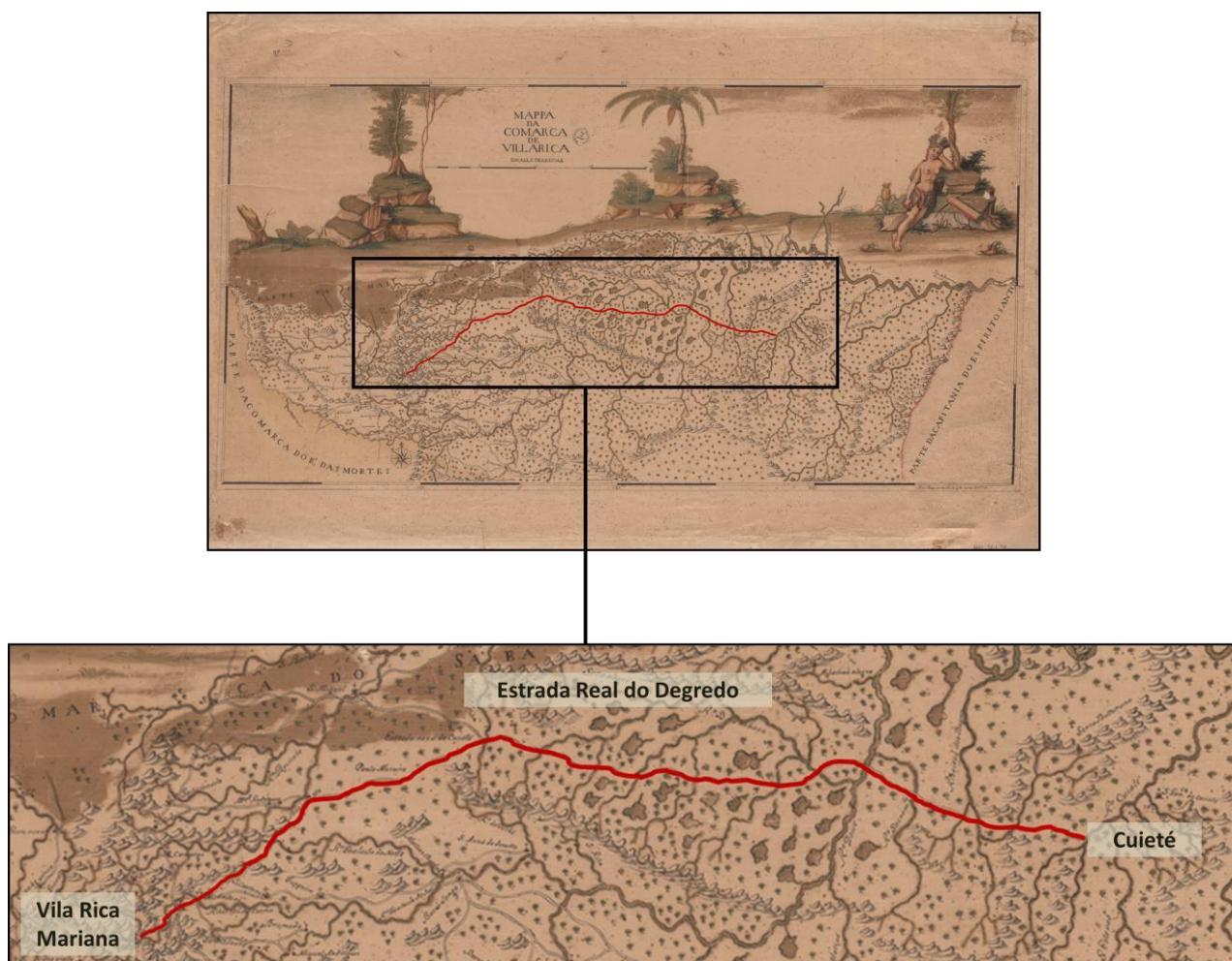


Figura 1: Mappa da Comarca de Vila Rica, José Joaquim da Rocha, 1779.

Fonte: Biblioteca Nacional Digital



Figura 2: Mappa da Capitania de Minas Gerais. [S.l.: s.n.], 1810.
Fonte: Biblioteca Nacional Digital.



Figura 3: Planta Geral da Capitania de Minas Geraes. Mannheim [Alemanha]: R. Schlicht Lythogr, [183-?].
Fonte: Biblioteca Nacional Digital⁷.

A “nova estrada do Cuieté”, a qual consta nos três mapas analisados (Figuras 1, 2 e 3), tornou-se a principal via de acesso que ligava a zona mineradora com a extremidade leste da capitania, já na divisa com a capitania do Espírito Santo. A estrada, responsável por abrir caminho em direção ao lendário Eldorado almejado pelos governadores, tornou-se bastante frequentada, sobretudo, nas décadas finais do século XVIII e na primeira metade do século XIX, para transportar os degredos da capitania. Inclusive, tal estrada é conhecida na região das atuais cidades de Pingo D’Água, Marliéria e no distrito de Bom Jesus do Galho, denominado Quartel de Sacramento, que outrora abrigaram quartéis e

⁷ Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart540436/cart540436.jpg>. Acesso em: 26 mar. 2017.

destacamentos das 4ª e 5ª Divisões Militares do Rio Doce, como “Estrada Real do Degredo”.

Portanto, é necessário explicar que degredo é uma “pena de desterro ou exílio imposta judicialmente em caráter excepcional como punição de um crime grave, constituindo uma forma de banimento”, ou ainda, “afastamento voluntário ou compulsório de um contexto social (Houaiss, 2001)”. Sendo assim, os governadores tomaram como medida enviar os “desclassificados do ouro”, no dizer de Laura de Mello e Souza, entre eles vadios degredados para as regiões afastadas das zonas auríferas. Para Mello e Souza (1986, p. 73), “a eliminação dos vadios pela expulsão da capitania significava a supressão de uma gente onerosa e indesejável, mas esta possibilidade aparecia imediatamente associada ao emprego dos desclassificados em algo útil”, o que justificava a utilização deles nas “conquistas” sertão adentro e no envio para os presídios, como aconteceu na “Conquista do Cuieté”.

Nota-se que as primeiras levas de degredados enviados para o Cuieté foram, essencialmente, para desbravar o sertão e povoar as regiões onde eram instalados os presídios. Desse modo, quando D. Rodrigo José de Menezes percebeu que o Eldorado do Cuieté não passava de um mito, ordenou “aos comandantes distritais enviassem-lhe os vadios, que pudessem apanhar, para a Cadeia de Vila Rica, e uma vez aqui escolheriam ou a farda para o Rio Grande, ou a foice para o Cuieté (Vasconcelos, 1974, p. 254)”.

No século XIX, o Cuieté continuou recebendo os degredados da capitania, porém, para cumprir a pena e não para povoar. Como o próprio nome sugere, as pessoas que cometiam algum crime eram exiladas, banidas, afastadas dos núcleos urbanos da capitania e enviadas para cumprir a pena num presídio distante, como o Presídio do Cuieté (a aproximadamente 50 léguas de Mariana), que nas palavras de Marlière, era “degredo dos mal feitores condenados pela lei⁸”.

Não se sabe, exatamente, se somente o fato de o Presídio do Cuieté estar localizado distante do centro econômico e populacional da capitania foi o suficiente para que ele tenha se tornado receptáculo de degredados. Para Barbosa (1971), a razão disso pode ser a decepção que o governador D. Rodrigo José de Menezes teve, após ter constatado, em sua visita ao Cuieté em 1781, que a região não daria ouro em abundância, descrevendo-o como “um congresso de miseráveis”. Outros dois motivos que

⁸ Trecho de uma carta enviada por Guido T. Marlière ao viajante naturalista Auguste de Saint-Hilaire, no ano de 1825, publicada pelo jornal *Abelha do Itaculamy* e disponível no acervo da Biblioteca Nacional Digital. Ver: <http://memoria.bn.br/DocReader/778931/648> > acessado em 05/01/2018.

favoreceram para a transformação do presídio em degredo foi a localização do arraial, que não permitia muitas possibilidades de evasão e a presença do gentio botocudo nos arredores do presídio, conforme observa Marlière (1826),

Êste arraial fundado nas cabeceiras do rio do mesmo nome (Cuieté)⁹, destinado para degrêdo de malfeitores, e sem saída por parte alguma, exceto pelo rio, seis meses no ano não a tem, era seguro outrora, para o fim a que se destinou, por ser cercado de gentios antropófagos Botocudos, a quem não escapava nenhum fugitivo degredado, sem ser comido (RAPM, XI, p. 84, citado por Barbosa, 1971, p. 152).

Diante desse contexto, a “estrada para o Cuieté” tornou-se a rota frequentemente usada pelas tropas que levavam os degredados para o presídio, recebendo a alcunha de “Estrada Real do Degredo” (figuras 1,2 e 3). Para se ter uma ideia, entre os anos de 1823 e 1825, foram enviados pela cadeia de Ouro Preto para cumprir degredo no Cuieté, 14 presos, condenados por furtos, mortes, ferimentos, tiro, entre outros delitos¹⁰.

Com o intuito de levantar mais informações sobre a “Estrada Real do Degredo”, realizou-se entrevistas com alguns moradores, especialmente os mais antigos, nas cidades de Pingo D’Água, Marliéria e Bom Jesus do Galho, que, no período colonial, abrigaram quartéis e destacamentos militares. Percorreu-se, sob a guia de seis entrevistados, cerca de 30 km, referentes ao que lhes foi passado, pela tradição oral, como trecho da Estrada Real do Degredo. Seguiu-se o seguinte roteiro: partindo de uma estrada de chão batido da zona rural do município de Marliéria, passando por dentro de parte da mata do Parque Estadual do Rio Doce, atravessando a Ponte Queimada, seguiu-se a estrada pela zona rural do município de Pingo D’Água até chegar ao distrito de Quartel de Sacramento, onde se encontra uma rocha denominada pelos moradores como Pedra da Mita e que teria servido de abrigo às tropas do governo, juntamente com os degredos.

Em um documento escrito pelo Alferes Francisco de Paula Mascarenhas, referente a uma viagem que ele fez ao Arraial de Cuieté, no ano de 1832, é possível notar informações sobre a Estrada do Cuieté/Estrada Real do Degredo. O alferes, vendo a necessidade de se construir uma estrada para melhorar as condições do arraial, conversa com o vigário da Freguesia, José Rodrigues Martins Pimenta, o qual os informa sobre a existência da estrada, conforme se observa no roteiro apresentado na correspondência emitida pelo vigário, e que segue:

⁹ Grifo nosso.

¹⁰ RAPM, ano 17, p. 272-292.

[...] Acuzo a recepção do officio de V. S.^a de 12 do corrente, tendo a saptisfação de responder-lhe, que a proposta estrada já foi aberta a 50, para 60 annos, e segunda vez pelo falecido Sargento Antônio Cláudio, a qual tem 22 legoas marcadas até a ponte queimada no Rio Doce, e d'aqui a S. João 10; ainda existem pessoas que trabalharão na mesma, e que podião administrar hua picada pelo mesmo lugar com alguns índios práticos, bem como o Sargento Medeiros, que por ella já conduzio animaes a esta povoação, e à frequentar-se a navegação pelo Rio Doce, será mais conveniente seguir pela margem do Sul deste Rio, não tendo de atravessar se não o pequeno Ribeirão das Trairas, vários regatos nas margens da Serra Boturuna, o Ribeirão dos Bagres, André Vaz, Entre Folhas, e Turvo; os quaes com insignificantes pontes s' atravessão e chegando-se ao Ribeirão Belem, que fica do outro lado, e já teve nesse lugar hua estrada dirigida a Onça Grande, de se atravessar o Rio em canos offerecendo este lugar também bom commodo para ponte; e julgo ser ainda mais curta que a outra estrada, notando só a subida da Serra Alegre, porem já esta povoado¹¹ (RAPM, 1898, p. 61-62).

A partir do trecho apresentado, nota-se que o vigário apresentou grande parte do roteiro da estrada do Cuieté, diferenciando apenas quando chega à Serra Alegre, quando propõem encurtar o caminho. O vigário, inclusive, estimou que a estrada fora aberta entre 50 e 60 anos da data da carta (1832), o que corrobora com o período em que o governador D. Antônio de Noronha ordenou a construção da estrada.

3. A PONTE QUEIMADA

Na Estrada Nova do Cuieté, que ficou denominada como Estrada do Degredo, uma localização em especial ficou marcada pelo conflito entre os indígenas botocudos e os colonos, permeando, até os dias atuais, o imaginário coletivo dos moradores da parte leste do estado de Minas Gerais. É o caso da Ponte Queimada (Figura 4), uma das seis pontes que compõem a estrada para o Cuieté.

Essa ponte foi construída por ordem do governador D. Antônio de Noronha enquanto abriam a estrada para o Cuieté. A Ponte do Rio Doce, assim conhecida por atravessar o rio de mesmo nome, provavelmente foi construída em 1778, tendo em vista um documento dessa data, produzido pelo escrivão Sebastião Francisco Bandeira, em que constam descritas as características da ponte, assim como os procedimentos técnicos para construí-la, cuja parte apresenta-se abaixo¹²:

Terá a Ponte de comprido trezentos e cinquenta palmos (aproximadamente 80 metros)¹³, e na sua extensão levará quatorze esteyos com buracos de seis palmos de fundo, abertos com fogo por ser a laje [de] mármore, com a largura competente e capaz de receber os ditos esteyos, que devem ser grossos, e capazes de sustentar o vigamento, principalmente não levando a mesma Ponte esteyos no lanso de cem palmos, que se comprehendem de huá a outra parte da sobredita

¹¹ Optou-se por conservar a ortografia da publicação original.

¹² Transcrição realizada pelo autor.

¹³ Grifo nosso.

cabeseira, na sua correnteza (...). Terá a dita Ponte as madres, baldrames, travessas, parapeitos, e pilares neufrarios, tudo de madeira de baraúna, com as grossuras proporcionadas à boa segurança da obra.¹⁴



Figura 4: Ponte Queimada. **Foto:** Elvira Nascimento, s/d.

Um incêndio, porém, na década de 1780, fez com que a Ponte do Rio Doce ficasse conhecida como Ponte Queimada. Desde o dito acontecimento, surgem perguntas como: quem ateou fogo na ponte? Qual a motivação para isso? Das duas perguntas, pode-se afirmar que a motivação para o incêndio da ponte foi um conflito entre os indígenas botocudos, que habitavam as matas nos arredores do Rio Doce, e os colonos que vinham se estabelecendo na mesma região, tomando o território dos indígenas e os fazendo de escravos. É sabido que o gentio botocudo resistiu bravamente às investidas dos colonos nos Sertões do Leste/Doce, causando e sofrendo várias mortes.

Já sobre quem a teria queimado, não se pode afirmar com exatidão, contudo, apresentar-se-ão argumentos, a partir dos documentos consultados e do recurso da história oral, que sustentam duas hipóteses: ou foram os índios ou os soldados que queimaram a Ponte do Rio Doce.

Segundo os entrevistados que residem no distrito de Quartel de Sacramento (que nesse período abrigava um quartel da DMRD), o conflito teria iniciado no aldeamento

¹⁴ [ARREMATÇÃO da Ponte no rio Doce para o novo caminho do Cuieté, feito pelo escrivão Sebastião Francisco Bandeira]. Vila Rica [Ouro Preto, MG]: [s.n.], 11 dez. 1777. 11 p. Disponível em: http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=72398. Acesso em: 01 jan. 2018.

próximo ao quartel e seguido por cerca de 8 km pela Estrada do Degredo até a ponte, onde os indígenas, após a atravessarem, teriam ateadado fogo nela, impossibilitando a passagem dos soldados que os seguiam. Essa hipótese foi passada pelos seus antepassados por meio da oralidade e, mesmo carecendo de outros registros que a sustente, é a mais aceita pelos moradores das cidades próximas à ponte.

O registro com datação mais antiga que faz referência ao incêndio da ponte data de 20 de junho de 1784, em uma carta de José Rodrigues Silva, em que ele relata que os “índios chamados Botocudos haviam tomado a Ponte do Rio Doce e [com] pólvora dcumbo” atearam-na fogo. Segundo o documento, o soldado José Jacinto Mendes foi enviado para ver o que se procedia na ponte, tendo encontrado a “metade da ponte (...) derribada a poder de fogo, e da mesma forma as cazas e tudo do q. era de madeira, as armas, e tudo q. era de ferro conduzirão os Índios para o seu ministério, como também os mantimentos que se achavão na Ponte¹⁵”.

A suposição de que foram os indígenas botocudos que queimaram a Ponte do Rio Doce é fortalecida pelo trecho de um artigo que apresenta alguns dados e notícias da capitania mineira, publicado no ano de 1828, pelos jornais *O Universal (MG)* e *Império do Brasil: Diário Fluminense (RJ)*, em que faz referência a inspeção de D. Antônio de Noronha no Cuieté, conforme se pode notar:

Concebeo o mesmo Governador Noronha com a inspecção ocular do Presidio do Cuyethé, que desagua no Rio Doce, e concessão das sesmarias adjacentes promover a colonização, e cathaquesi do Índios Aymorés, chamados **Botocudos**, **mas estes se adiantarão a queimar a Ponte**¹⁶, que franqueou a passagem, e a invadir, e hostilizar clandestinamente os novos Sesmeiros, e Povoadores da Casca, e Barra Longa¹⁷.

A hipótese de que foram os soldados que atearam fogo à Ponte do Rio Doce faz-se presente no relato de viagem escrito pelo alferes Francisco de Paula Mascarenhas, quando ele esteve em viagem pelo Rio Doce, no ano de 1832. Na ocasião, o alferes, ao se referir à queima da ponte, apresenta o seguinte: “suppoem-se, serem os Soldados que estavam aqui destacados, os mesmos que soltarão fogo nesta ponte tão bem construída, para se livrarem deste destacamento, e depois imputarão aos índios este crime (RAPM,

¹⁵ CC - Cx. 34 – 30038. Conteúdo: Carta de José Rodrigues Silva sobre o ataque de índios botocudos a ponte do rio Doce. Transcrição feita pelo autor.

¹⁶ Grifo nosso.

¹⁷ Trecho extraído e apresentado com a ortografia original do jornal *O Universal (MG)*, edição 00129, publicado no ano de 1828. O mesmo trecho é encontrado também, na edição 00002, do jornal *Império do Brasil: Diário Fluminense*, publicado no ano de 1828. Os dois jornais encontram-se na Biblioteca Nacional Digital e podem ser acessados pelos links:

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706930&PagFis=1821&Pesq=>

<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=706744&pagfis=4070>.

1898, p. 61)”. Deve-se considerar essa hipótese, pois como é sabido, soldados e botocudos viviam em constantes conflitos nas matas dos arredores do Rio Doce. Supõe-se que a intenção dos soldados em queimar a ponte e atribuir esse feito aos indígenas botocudos era que o governo da Capitania, assustado com a ação dos indígenas, desistisse de manter um destacamento na região, o que não aconteceu.

Fato é que a Ponte do Rio Doce foi reconstruída, ficando conhecida, desde então, como Ponte Queimada. Sendo, inclusive, assim representada em diversos documentos cartográficos produzidos no século XIX, entre eles dois mapas de autores desconhecidos, datados de 1810 e 183- e os mapas de Eschwege (1821), Halfeld e Wagner (1862).

A ponte, em seus mais de 200 anos, passou por algumas reformas. Em uma delas, no início do século XX, foi responsável por substituir a estrutura de madeira por concreto armado, mantendo a plataforma de rolagem de madeira. Nesse período, a ponte era bastante usada, sendo a principal via de acesso entre os atuais municípios de Pingo D'Água – Marliéria – Ipatinga. Atualmente, a ponte encontra-se interditada, pois oferece riscos de desabamento, devido ao peso dos automóveis, além de ter uma rodovia asfaltada que facilita o acesso às outras cidades, o que justifica a não utilização da ponte.

A Ponte Queimada tem um grande potencial turístico a ser explorado, tendo em vista a sua importância na história colonial de Minas Gerais e pela beleza natural que a cerca, dando, inclusive, acesso ao interior do Parque Estadual do Rio Doce. Outra ação é tentar o seu tombamento como patrimônio histórico e cultural junto aos órgãos estadual e municipal, que garantiriam a sua preservação.

Como se pôde observar, o Sertão do Cuieté foi uma região importante no processo de expansão do território da capitania de Minas Gerais. Passou do lendário Eldorado, que reestabeleceria os dias de “ouro” da colônia, a degredo de malfeitores da capitania mineira. A partir da releitura e do “garimpo” das fontes documentais, entre elas documentos régios, mapas históricos e jornais, foi possível trazer à tona acontecimentos históricos, antes, pouco mencionados na historiografia sobre a região leste de Minas Gerais, como a Estrada Real do Degredo e o conflito da Ponte Queimada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa é um esforço para reconstituir o passado do Leste Mineiro, reinterpretando suas peculiaridades e revelando detalhes históricos pouco explorados. A análise dos temas como o Sertão do Cuieté, a Estrada Real do Degredo e a Ponte

Queimada permite construir um quadro mais amplo e aprofundado da região, ampliando a compreensão sobre a ocupação e desenvolvimento do território mineiro colonial.

Dessa forma, esse estudo possibilitou novas leituras sobre o povoamento do Leste Mineiro e preencheu lacunas importantes na historiografia da região. O estudo revelou que o desbravamento da região, anteriormente isolada pelas densas matas do Rio Doce, intensificou-se após a queda na produção aurífera, impulsionando a busca por novas riquezas e a abertura de rotas alternativas. Esse movimento levou à construção da Estrada Real do Degredo, que, provavelmente, foi a primeira via a conectar a capitania de Minas Gerais ao litoral. Ao longo dessa estrada, foi erguida a Ponte Queimada, cuja análise se mostrou valiosa para entender não apenas o processo de expansão territorial, mas, sobretudo, os conflitos frequentes entre colonos e povos indígenas, marcando as complexas relações que se estabeleceram no avanço colonial.

A relevância desse trabalho para a historiografia mineira reside em sua capacidade de trazer à luz aspectos pouco explorados do processo de ocupação do Leste Mineiro. Assim, esta pesquisa não apenas amplia o entendimento sobre a história mineira, mas também fortalece a identidade regional, oferecendo subsídios fundamentais para futuros estudos e reflexões sobre o passado de Minas Gerais.

REFERÊNCIAS

APM – Arquivo Público Mineiro. Bando para todas as pessoas que quiserem se estabelecer para a conquista do Cuyeté. Expedido pelo governador Dom Antônio de Noronha, 29 maio 1779. **Código 214**, folhas 7 e 7v.

APM – Arquivo Público Mineiro. Bando sobre a divisão das comarcas e do Cuyeté e circular aos quatro Ouvidores, Juiz de Fora e demais interessados expedido pelo Governador Antônio de Noronha, 05 outubro 1779. **Código 214**, folhas 8v a 10.

APM – Arquivo Público Mineiro. Carta de José Rodrigues Silva sobre o ataque de indígenas botocudos à Ponte do Rio Doce. CC - CX. 34 – 30038.

ARREMATACÃO da Ponte no rio Doce para o novo caminho do Cuieté, feito pelo escrivão Sebastião Francisco Bandeira. Vila Rica [Ouro Preto, MG]: [s.n.], 11 dez. 1777. 11 p.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico – Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: SATERB, 1971.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas**. v.1. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. **Sertão do Rio Doce**. Bauru: EDUSC, 2005.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas d'el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Tradução de Maria Juliana Gambogi Teixeira, Cláudia Damasceno Fonseca. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2001.

IMPÉRIO DO BRASIL: DIÁRIO FLUMINENSE (RJ), 1828.

LANGFUR, Hal. Mapeando a conquista. **Revista do Arquivo Público Mineiro: História e arquivística**. Ano XLVII, n. 1, jan.-jun. 2011, p. 32-48. Dossiê: Minas do ouro, Minas indígena.

O UNIVERSAL (MG), 1828.

PAIVA, Adriano Toledo. Um livro aberto da conquista. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. XLVII, p. 160-178, 2011.

RAPM - **Revista do Arquivo Público Mineiro** Ano XVII, 1912.

RAPM - **Revista do Arquivo Público Mineiro**, Ano III, 1898.

ROCHA, José Joaquim da. **Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais**. Estudo crítico por Maria Efigênia Lage de Resende, transcrição e colação de textos: Maria Efigênia Lage de Resende e Rita de Cássia Marques. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. (Coleção Mineiriana).

SOUZA, Laura de Mello e. Dom Antônio de Noronha e o Plano secreto para o Cuieté. **Tempo** [online], v. 20, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=167031535006>. Acesso em: 17 jan. 2018.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VAL, Lázaro Denizart. **Cronologia da região do Caratinga**. Distrito Federal: Editora Gráfica Alvorada Ltda, s/d. 110 p.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

Recebido: 25/02/2025

Aceito: 15/03/2025